



Torcedores de futebol formam grandes times de resistência democrática. Pesquisadores analisam esses novos atores políticos

BUROCRACIA DE IMPORTAÇÃO ATRASA PESQUISAS

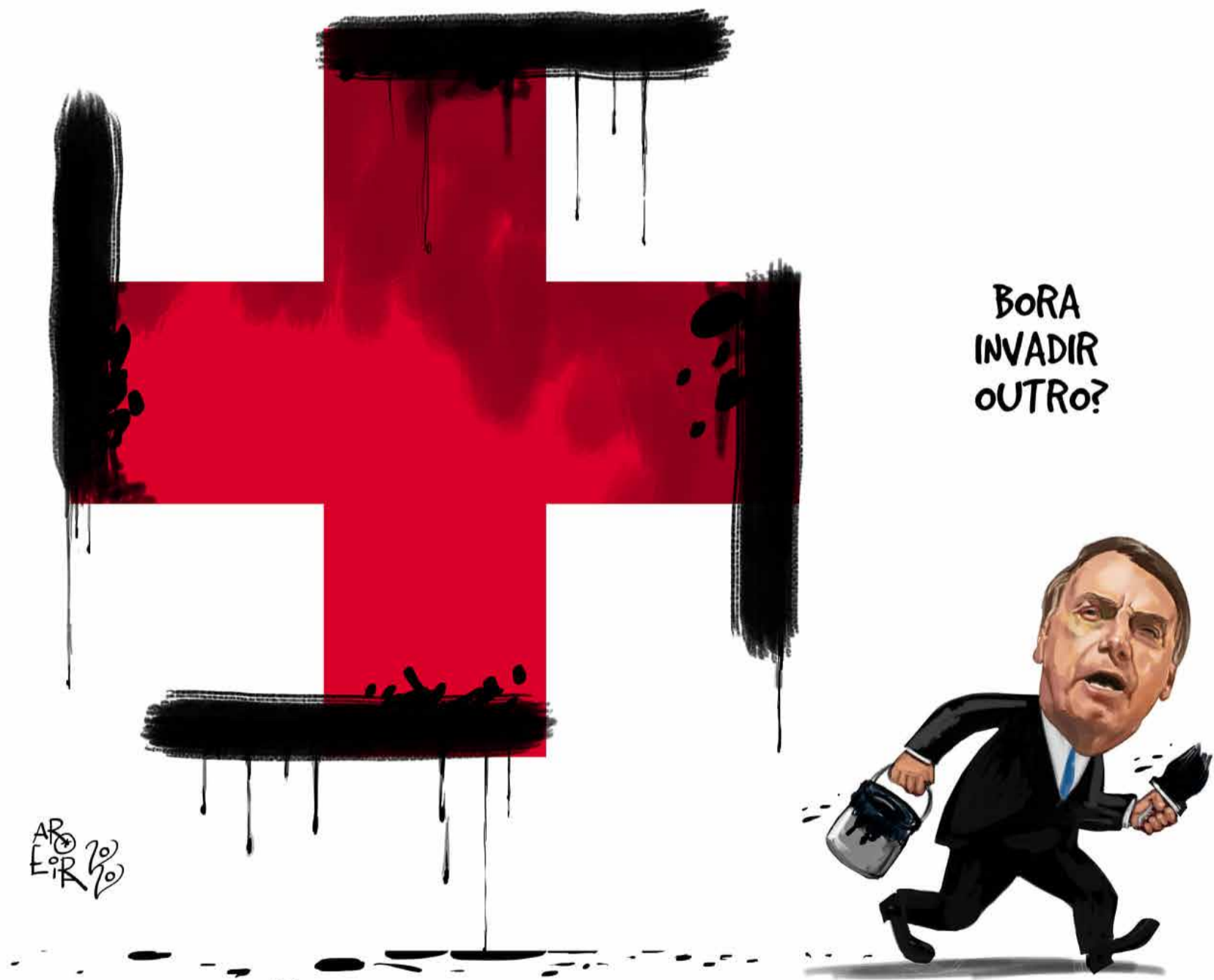
Página 6

DEVER DE CASA

UFRJ debate plano de fases para recomeço das aulas. Ensino remoto deve iniciar entre julho e setembro. Prazo previsto para modelo híbrido, com atividades didáticas virtuais e presenciais, é a partir de outubro

Páginas 4 e 5

CRIME CONTINUADO



CENSURA É SEMPRE RUIM. SEMPRE

Sou sempre contra a censura, por princípio e em qualquer ocasião. Há várias formas de censura: censura econômica, censura emocional, mas a pior delas, a que realmente me irrita, é a censura por cacete. Foi essa basicamente a que aconteceu com o movimento da charge. A censura em que você usa toda a força do Estado, que tem o monopólio da violência, para acionar, para processar e intimidar uma crítica”

Depoimento de Aroeira ao Jornal da AdUFRJ, na quarta-feira, 17 de junho. Um dia depois um dos símbolos da truculência do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, deixou o Ministério da Educação Páginas 2, 3 e 7



EDITORIAL

‘O QUE A VIDA QUER DA GENTE É CORAGEM’

DIRETORIA

Nesta semana em que caminhamos para a trágica marca de 50.000 mortos, já tendo ultrapassado um milhão de infectados, algo se mexeu no velho tabuleiro da República. O pior ministro da história não teve mais espaço para permanecer no governo. Ele bem que tentou cair nos braços da patrulha bolsonarista mais radical, porém isso não foi suficiente para sustentá-lo. Não há que ter muito otimismo com o seu sucessor. Até aqui, as trocas de Bolsonaro sempre foram para pior. Entretanto, não se pode desprezar o significado dessa derrota para o governo. Em fevereiro, na edição especial de nosso jornal, avaliamos e analisamos a ação política e institucional desse ministro incapaz e o que saltou aos nossos olhos foi não só o seu desprezo pelas universidades, pela ciência, pela cultura. O que sempre esteve em primeiro plano de sua atuação foi a guerra ideológica travada nos termos mais rasteiros e torpes de seu guru astrólogo e a defesa diuturna das ações da família Bolsonaro. Sentado numa das mais cobiçadas pastas, não só pelo gigantismo do orçamento, mas pela expressão política que pode significar, desprezou toda e qualquer possibilidade de atuação na área, se fixando apenas em desmontar programas herdados dos governos anteriores. Um desastre em todos os sentidos, e por isso mesmo, talvez seja o mais bem-sucedido ministro de um governo cujo projeto é a destruição do nosso edifício institucional e de nossa ainda frágil democracia política. Por tudo isso, a sua saída é uma grande derrota para o governo, não há dúvida, e merecemos comemorar porque o desgaste não foi obra apenas de sua incontinência verbal, mas também de uma incansável campanha movida por todas as entidades e movimentos ligados à educação no Brasil. Se o governo perdeu um de seus mais fiéis soldados, teve tam-

O que sempre esteve em primeiro plano de sua atuação foi a guerra ideológica travada nos termos mais rasteiros e torpes de seu guru astrólogo e a defesa diuturna das ações da família Bolsonaro

bém o desprezo de ver aparecer aquele que representa o elo mais perigoso da família com as milícias do Rio de Janeiro e o mundo dos desvios de verbas, enriquecimento ilícito e lucros exorbitantes: Queiroz foi encontrado e preso pela Polícia Civil de São Paulo, por ordem judicial do Ministério Público do Rio de Janeiro. Com isso, as peças se embaralham, o jogo se complica e o campo se abre para ações mais decisivas para deter o avanço dos anseios autoritários tantas vezes anunciados pelo presidente. Nossa contribuição nesta edição é modesta, mas envolvida de muito significado: abraçamos a campanha em defesa do chargista Aroeira, levantamos a voz para nos opor de forma firme e resoluta contra toda e qualquer forma de censura, vinda de onde vier. Fundamento básico da vida democrática, a liberdade de expressão é ainda alimento indispensável para a vida universitária. Tudo isso aconteceu durante uma semana tomada por extensas reuniões dos colegiados acadêmicos da UFRJ, em especial o CEG e o CEPG, onde o retorno às atividades de graduação e de pós-graduação foram o centro de todos os debates. Num quadro de incertezas e pouca visibilidade, a universidade parece ter optado pelo caminho da menor regulação possível, que pode causar incômodos e insegurança, mas talvez reflita o que é possível para o momento. Há ainda muitos pontos obscuros, muitas decisões precisam ser maduras e provavelmente várias decisões poderão ser revistas, mas como já havíamos sinalizado em nosso editorial anterior, já não está em pauta a realização ou não de um ensino remoto emergencial. A questão que se coloca agora é como e quando isso poderá ocorrer da melhor forma possível. Para os estudantes, a questão crucial são as garantias para que não haja exclusão e aprofundamento das desigualdades, mas para os docentes, o desafio também não é pequeno e traz questões trabalhistas sérias, exigências complexas e impasses a serem vencidos.

É o que temos para hoje: um quadro dos mais instáveis e difíceis, responderemos com a coragem que a vida nos exige.

O **Jornal da AdUFRJ** abre suas páginas para uma homenagem ao chargista Renato Aroeira. Mais que um ato de apoio, este é um grito contra a censura que insiste em emergir dos subterrâneos do governo Bolsonaro. Aroeira e o jornalista Ricardo Noblat foram intimidados pelo ministro da Justiça, André Luiz Mendonça, que pediu à Polícia Federal e à Procuradoria-Geral da República que abram inquérito para investigar uma charge na qual Jair Bolsonaro transformava uma cruz hospitalar numa suástica nazista. A crítica de Aroeira, publicada por Noblat, tem relação ao pedido do presidente para que seus apoiadores invadam hospitais destinados ao tratamento da Covid-19. A tentativa de enquadrar o chargista e o jornalista na Lei de Segurança Nacional mobilizou artistas do Brasil e do mundo numa enorme corrente de solidariedade. Fica aqui nossa homenagem e nosso protesto a qualquer iniciativa que busque calar vozes de oposição a este ou qualquer governo. Censura nunca mais!



FOTO: POLÍCIA CIVIL

REPRODUÇÃO DA INTERNET



IMAGENS DA SEMANA

UMA QUINTA-FEIRA HISTÓRICA: QUEIROZ É PRESO E WEINTRAUB DEIXA MINISTÉRIO

A ala ideológica do governo federal foi duramente golpeada esta semana. Na quinta-feira, 18, Fabrício Queiroz, o braço direito de Bolsonaro e ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro, foi preso na casa do advogado de Flávio, em Atibaia. No mesmo dia, à tarde, Abraham Weintraub, o pior ministro da história, anunciou sua saída do MEC. Com ataques diretos às universidades, Weintraub acumulou polêmicas e ineficiência em pouco mais de um ano à frente da pasta.



Cair para cima: Weintraub foge e quer cargo em banco

> Após sair do MEC, pior ministro da História consegue indicação de Bolsonaro e pode receber US\$ 250 mil anuais. Queda foi vitória dos movimentos sociais, mas sucessor deve manter perfil político

ANA BEATRIZ MAGNO E SILVANA SÁ
comunica@adufjr.org.br

O pior ministro da Educação da História caiu para cima. Comprar briga pública com o Supremo Tribunal Federal representou um passo maior que as pernas para Abraham Weintraub. Sua militância ideológica foi trocada por um passe livre para deixar o Brasil às pressas. Ele é investigado no inquérito das fake news, do STF, e responde a um processo por racismo contra chineses no tribunal. Constrangido a despachá-lo para evitar mais confronto com o Judiciário, Bolsonaro indicou o agora ex-ministro a uma diretoria do Banco Mundial em Washington, para receber salário de US\$ 250 mil anuais, cinco vezes mais do que recebia no ministério. A exoneração só foi publicada em edição extraordinária do Diário Oficial neste sábado, 20, depois de confirmada sua chegada aos Estados Unidos. Ele pode ter tido sua entrada facilitada no país – que está com as fronteiras fechadas para brasileiros – por ter viajado ainda na condição de ministro de Estado. Aliás, a viagem aconteceu no mesmo dia em que o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) protocolou no STF um pedido de apreensão do passaporte de Weintraub para evitar uma



possível saída do Brasil.

Embora tenha sido catapultado ao Banco Mundial, Weintraub ainda depende da aprovação de sua indicação por oito países liderados pelo Brasil (Colômbia, Equador, República Dominicana, Panamá, Haiti, Suriname, Trinidad e Tobago e Filipinas). Economistas brasileiros já articulam um movimento contra sua nomeação. Em carta, a ser endereçada às embaixadas desses países no Brasil, os especialistas lembram que “devido ao seu comportamento odioso e desempenho medíocre como ministro da Educação, houve pedidos quase unânimes de sua renúncia em todos os segmen-

tos da sociedade brasileira”. O documento cita, ainda, relatório do Comitê de Política Educacional da Câmara dos Deputados, que concluiu, entre outras coisas, que o planejamento do MEC em sua gestão ficou muito “aquém do esperado”. A queda de Weintraub merece comemoração de todos que defendem a Educação. Por outro lado, especialistas avaliam que o sucessor deve seguir a tarefa bolsonarista de destruição dos projetos educacionais que promovem o pensamento crítico do país.

Ainda não há confirmação do substituto, mas Carlos Nadalim, atual secretário de alfabetização

do ministério, é o nome mais forte, até o momento, para assumir a vaga. Não se trata de um formulador de políticas de educação, e sim de um entusiasta do ensino domiciliar. Desde 2013, passou a ser relativamente conhecido na internet por simpatizantes desta modalidade de ensino. A credencial definitiva para Bolsonaro, porém, é outra: foi aluno de Olavo de Carvalho em um curso on line de Filosofia.

Para o professor Ivo Coser, vice-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), uma característica que deve marcar o substituto de Abraham Weintraub – seja ele quem for – é o perfil ideológico. “Este é um governo de colisão, não de coalizão. É todo ideológico e tem a tarefa de desmontar a Constituição”, avalia. “A pauta é a ruptura com os marcos da Educação, promulgados desde 1988. É o norte deste ministro e deste governo”, afirma o cientista político.

A professora Thais Aguiar, chefe do Departamento de Ciência Política do IFCS, concorda que o ministério é o “entreposto de combate a lutas no campo da educação emancipadora”. “Por isso a escolha do olavismo para gerir o MEC. Não à toa se ataca a figura de Paulo Freire”, diz. No entanto, ela acredita que o militarismo e os parlamentares do Centrão se fortaleceram neste momento de fragilidade da ala ideológica. “As peças políticas

estão se movendo. Weintraub foi alçado ao MEC pelo alvoroço e balbúrdia que causava. Mas o tabuleiro se moveu de tal forma que isso deixou de ser conveniente. Exatamente pelo mesmo motivo que entrou, ele agora sai”, avalia.

HORA DE COMEMORAR

Apesar das incertezas em relação a quem vem depois, o professor Josué Medeiros defende a importância de comemorar a saída de Weintraub. “Foi uma grande vitória do movimento de Educação. Ele representava o ataque bolsonarista mais direto contra nós”, afirma. “No mínimo, conseguimos atrasar os projetos do governo para as universidades em alguns meses”, avalia o cientista político e diretor da AdUFRJ.

O cerco do Judiciário contra o governo é uma tentativa, na avaliação do professor, de manter Jair Bolsonaro “sob certo controle”. “Me parece que o STF faz este movimento na expectativa de um acordo que mantenha as instituições alinhadas em torno do avanço da agenda neoliberal”. Agenda que, de alguma maneira, pode permear também o MEC. “Acredito que o Ministério pode ter uma composição entre o olavismo e o empresariado. O novo ministro tende a ser menos histriônico e, justamente por isso, pode ter mais espaço para aprovar projetos no Congresso. O próprio Nadalim tem esse perfil”.

NOTAS

WEINTRAUB REVOGOU MEDIDA QUE ESTIMULA COTAS NA PÓS

Uma das últimas medidas de Abraham Weintraub como ministro foi revogar uma portaria que induzia as universidades federais à promoção das políticas afirmativas em programas de pós-graduação. O texto, de maio de 2016, previa que as instituições — respeitadas a autonomia — apresentassem propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado.

DOCENTES CRITICAM RELATÓRIO DE COMISSÃO DO PNPQ

Representantes das 49 áreas de avaliação da Capes criticaram o relatório da comissão especial de acompanhamento do Plano Nacional de Pós-graduação. Em carta dirigida ao presidente da agência, os professores afirmam que o relatório “parece ignorar” alterações já implantadas no Seminário de Meio Termo de 2019 – etapa preparatória para a próxima Avaliação Quadrienal, em 2021. Também acusam a falta de debate com a comunidade científica.

EX-MINISTROS DO MEIO AMBIENTE COBRAM REAÇÃO CONTRA SALLES

Nove ex-ministros do Meio Ambiente divulgaram uma carta em que cobram reação de autoridades diante das declarações e medidas do atual titular da pasta, Ricardo Salles. “A sustentabilidade socioambiental está sendo comprometida de forma irreversível por aqueles que têm o dever constitucional de garanti-la”. O documento é dirigido aos ministros do STF, aos integrantes do Congresso Nacional, aos governadores e prefeitos e ao procurador geral da República.



SALLES: cerco fechando

STF MANTÉM EX-MINISTRO EM INQUÉRITO DAS FAKE NEWS

Por 9 a 1, o Supremo Tribunal Federal manteve o agora ex-ministro da Educação Abraham Weintraub no inquérito que apura ameaças, ofensas e fake news contra integrantes da corte e seus familiares. Em reunião ministerial de 22 de abril, Weintraub disse que “botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF”. O recurso havia sido solicitado pelo próprio Palácio do Planalto, por meio do ministro da Justiça, André Mendonça.

UFRJ vai criar sistema de fases para retorno de aulas

KELVIN MELO E LUCAS ABREU
comunica@adufrrj.org.br

Serão necessárias cinco etapas até a UFRJ chegar ao “novo normal” de todas as suas atividades. O Grupo de Trabalho Pós-pandemia, criado pela reitoria há três semanas para subsidiar as decisões da universidade, apresentou o planejamento em reunião virtual realizada nesta sexta-feira, 19. O estudo é bastante amplo e inclui a retomada das aulas: a previsão é que o ensino virtual comece entre julho e setembro. O início gradual de aulas presenciais na graduação e na pós-graduação com rodízio e ensino híbrido está estimado para ocorrer entre outubro e dezembro.

“Para elaborar o plano, o GT coletou dados de todas as pró-reitorias e acompanhou as discussões dos conselhos superiores da universidade”, contou o professor Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento e coordenador do GT. “A universidade é muito ampla e diversa. Nosso poder é induzir uma melhor forma de funcionamento. Não será um plano perfeito, mas é importante dar diretrizes”, disse Raupp.

Tudo será discutido com as unidades e Centros. Nos próximos dias, será enviado um ofício às direções e decanias com a recomendação para constituírem grupos de trabalho ou comitês próprios sobre o tema. Alguns locais estão mais avançados. Durante a reunião, o diretor do Complexo Hospitalar, Leôncio Feitosa, informou que foi criado um GT pós-pandemia da Saúde. O objetivo é a elaboração de medidas específicas de acordo com a fase de retorno definida (veja quadro ao lado).

O prazo para retorno de contribuições ao GT Pós-pandemia é 3 de julho. A primeira etapa já passou. Dizia respeito às medidas emergenciais quando o novo coronavírus chegou à cidade do Rio. Nesta fase, houve a criação do GT Coronavírus, a adequação dos hospitais para o tratamento de pacientes e medidas de proteção para os servidores em funções essenciais.

A UFRJ está na fase 2. São os planejamentos de aulas remotas: como viabilizar a infraestrutura e como atender

AÇÕES EMERGENCIAIS NO COMBATE À PANDEMIA - UFRJ

FASE 1

Março e Abril

- Constituição do Gabinete Emergencial de Crise (GEC)
- Plano de Contingência da UFRJ
- Continuidade do GT-Coronavírus
- Atividades essenciais presenciais e início do trabalho remoto
- Gestão emergencial de contratos de prestadores de serviço e permissionários
- Aquisição de insumos necessários para produção de álcool em gel e início da produção
- Adequação da estrutura física das unidades hospitalares
- Testagem dos profissionais de saúde e de membros da comunidade universitária
- Transporte especial para servidores das áreas essenciais
- Entrega de refeições no alojamento, hospitais, alojamento para profissionais de saúde e para estudantes em vulnerabilidade na Vila Residencial
- Auxílios emergenciais na assistência estudantil

FASE 2

Abril, Maio e atual

- Continuidade das atividades essenciais presenciais e do trabalho remoto
- Colação de grau remota
- Retomada dos Conselhos da UFRJ na forma remota
- Realização de bancas de defesa remotas
- Estudos sobre infraestrutura tecnológica para ensino remoto emergencial e trabalho remoto
- Estudo sobre acesso de estudantes e servidores à internet e sobre a necessidade de aquisição de equipamentos
- Treinamento de estudantes, professores e técnicos para uso de tecnologias para ensino, pesquisa, extensão e/ou trabalho remoto.
- Identificação das atividades práticas essenciais em ensino, pesquisa e extensão
- Auxílios emergenciais na assistência estudantil
- Testagem dos profissionais de saúde e comunidade universitária
- Produção de álcool em gel para os hospitais e unidades
- Apoio à saúde mental
- Entrega de refeições para servidores, estudantes no alojamento e em vulnerabilidade
- Licitações para insumos e EPIs
- Transporte especial para servidores das áreas essenciais



“Não será um plano perfeito, mas é importante dar diretrizes”

EDUARDO RAUPP

Pró-reitor de Planejamento e coordenador do GT

estudantes que precisam de suporte para esse tipo de ensino. Outras ações já estão em andamento, como a oferta de auxílios emergenciais para alunos e testagem de parte da comunidade universitária.

As aulas remotas ficam na fase 3. Mas dependem de requisitos institucionais,

como as definições dos conselhos superiores — que começam a ocorrer nos colegiados acadêmicos CEG e CEPG (veja matérias nestas páginas) e acesso às plataformas de ensino. A fase 4, com uma mistura de ensino remoto e presencial, somente será autorizada com uma combinação da adequação da UFRJ, dentro daquilo que o plano propõe, e uma diminuição do número de infectados e de mortes pela Covid-19. Os parâmetros serão estabelecidos pelo GT Coronavírus, que também ficará responsável pelo monitoramento dos índices. “O avanço para uma nova fase depende da combinação de uma melhora nos indicadores da pandemia e das

ações institucionais que a UFRJ precisa tomar, de acordo com o plano”, explicou Raupp à reportagem. Retorno completo, com aulas presenciais, só após o desenvolvimento de uma vacina ou de um tratamento eficaz contra a Covid-19.

100 ANOS DE UFRJ

Durante o encontro do GT pós-pandemia, a reitoria foi questionada sobre as festividades de 100 anos da UFRJ. A reitora Denise Pires de Carvalho informou que haverá uma comemoração virtual, no dia 7 de setembro. “E vamos comemorar, de verdade, em 2021, se for possível”, afirmou, cautelosa.

CEG AUTORIZA DISCIPLINAS REMOTAS PARA TODOS OS ALUNOS

O Conselho de Ensino de Graduação autorizou que a universidade ofereça disciplinas remotas aos alunos da UFRJ, com prioridade aos concluintes.

Foi uma discussão exaustiva. Os debates se estenderam por mais de 14 horas em duas sessões extraordinárias, realizadas na quarta e sexta-feiras, em que os conselheiros se debateram sobre cada item dos textos formulados pelo GT CEG PR-1. Agora o CEG ainda precisa elaborar uma proposta de calendário acadêmico, e enviar para a aprovação do Consuni. O prazo para formulação do

calendário é de 15 dias a partir da publicação da resolução.

O debate sobre a oferta de aulas remotas para a graduação já dura um mês. Em uma sessão no dia 20 de maio chegou ser votada uma proposta de oferta de disciplinas eletivas para alunos concluintes, mas o conselho recuou e decidiu estudar melhor as possibilidades.

“Esse momento é muito importante para este colegiado”, destacou a presidente do CEG, e pró-reitora de Graduação, professora Gisele Viana Pires. “Precisamos nos debater em relação ao nosso papel acadêmico, que é absolutamente

incontestável, mas também sobre uma questão social. Esta questão foi trazida a este conselho em algumas sessões, porque esta demanda da oferta de atividades pedagógicas não presenciais tem sido uma solicitação de vários segmentos, principalmente do segmento discente. A UFRJ precisa dar uma resposta à sociedade”, afirmou a presidente, antes do começo da discussão.

Durante o debate da resolução, os representantes dos estudantes incluíram no texto dispositivos para garantir o trancamento de disciplinas durante todo o período especial.

Mas o colegiado reprovou outra reivindicação estudantil que sugeria que a nota de um aluno reprovado não fosse lançada no boletim acadêmico do estudante. O Conselho entendeu que não pode interferir na prerrogativa do professor de reprovar ou aprovar um aluno.

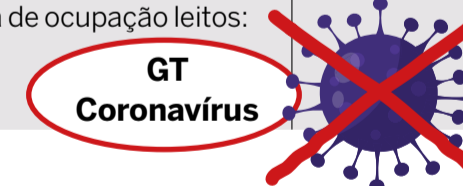
Os estudantes ficaram bastante contrariados com o fato de a aprovação da resolução não ter sido condicionada à garantia de que a UFRJ vai conceder a todos os alunos o acesso às tecnologias de informação e comunicação. No entendimento dos representantes, muitos não ficarão para trás sem essa

garantia. Mas o conselho votou entendendo que seu papel é possibilitar a oferta de ensino remoto, e que o condicionante poderia inviabilizar a oferta.

Mesmo com as divergências, a conselheira discente Antônia Velloso, do DCE Mário Prata, reforçou a importância do momento. “Votei favorável pela ideia geral da construção dessa resolução. É muito importante a gente efetivar uma demanda que tem sido tão apresentada pelos corpos docente e discente, e quero reafirmar a urgência que a gente tem na deliberação com relação aos formandos”, pontuou. (Lucas Abreu)

AÇÕES PARA O RETORNO GRADUAL DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS - UFRJ

	FASE 3	FASE 4	FASE 5
PREVISÃO	Julho a Setembro	Outubro a Dezembro	2021
PRINCIPAIS MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> ● Ensino remoto na graduação e na pós-graduação ● Medidas de biossegurança ● Atividades presenciais essenciais em disciplinas e pesquisas ● Adequação da infraestrutura de ensino e trabalho ● Trabalho remoto em áreas não essenciais ● Transporte ampliado ● Apoio à saúde mental 	<ul style="list-style-type: none"> ● Avaliação de sintomas da comunidade universitária em atividades presenciais com rastreamento e rastreabilidade ● Medidas de biossegurança ● Ampliação do funcionamento presencial dos laboratórios ● Início gradual de aulas presenciais na graduação e na pós-graduação com rodízio e ensino híbrido ● Retomada do trabalho presencial para servidores fora dos grupos de risco ● Reuniões de trabalho de forma remota ● Transporte ampliado ● Apoio à saúde mental 	<ul style="list-style-type: none"> ● Medidas de avaliação de sintomas da comunidade universitária com testagem e rastreabilidade ● Medidas de biossegurança ● Campanhas de prevenção ● Trabalho presencial ● Aulas presenciais ● Apoio à saúde mental
REQUISITOS INSTITUCIONAIS PARA ATIVIDADES REMOTAS E/OU PRESENCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> ● Definições dos conselhos superiores ● Garantia de insumos para higienização, de EPIs e readequação dos serviços de limpeza ● Existência de Postos de Triagem, testagem e rastreabilidade ● Garantia de serviços essenciais de alimentação e transporte ● Acesso às plataformas de ensino 	<ul style="list-style-type: none"> ● Definições dos conselhos superiores ● Garantia de insumos para higienização, de EPIs e readequação dos serviços de limpeza ● Postos de triagem, rastreamento e testagem ● Ampliação de serviços de alimentação e transporte. ● Acesso às plataformas de ensino 	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantia de insumos para higienização ● Postos de triagem, rastreamento e testagem ● Campanhas de conscientização
REQUISITOS EPIDEMIOLÓGICOS PARA ATIVIDADES PRESENCIAIS NÃO-ESSENCIAIS		<ul style="list-style-type: none"> ● Taxa de contágio: ● Número de casos: ● Número de óbitos: ● Taxa de ocupação leitos UTI: ● Taxa de ocupação leitos: 	<ul style="list-style-type: none"> ● Existência e disponibilidade de vacina ou medicação contra a Covid-19



MODELO USOU PLANOS DE UNIVERSIDADES DE 11 PAÍSES

O plano de retorno foi elaborado a partir de um estudo que pesquisou por iniciativas que já estão sendo implantadas em diversas universidades no Brasil e no mundo para a realização de atividades durante a pandemia. A pesquisa gerou um grande banco de informações que servem como ponto de partida para planejar a volta às atividades em segurança.

Para o estudo foram escolhidas as melhores universidades federais do Ranking Folha em 2019, as duas principais universidades estaduais de São Paulo, as universidades públicas e institutos federais que atuam na mesma região da UFRJ e o Colégio Pedro II. Entre as universidades internacionais foram selecionadas as instituições que lideram o ranking Times Higher Education (THE) em dez países da Ásia, Europa e América do Norte, que estão em estágio mais avançado da pandemia que o Brasil.

A pesquisa separou as ações tomadas pelas universidades em 21 temas como biossegurança, monitoramento permanente da evolução da doença, atividades relacionadas ao ensino, assistência aos alunos e atividades em laboratórios ou campo. O detalhado trabalho resultou em um documento de 69 páginas apenas com uma referência a essas ações.

O estudo também considerou as abordagens distintas que cada instituição tomou, como por exemplo as universidades que adotaram, já no começo do isolamento social, aulas remotas, com os desdobramentos necessários para a sua implantação.

O objetivo é ter uma base de dados reunida em um só lugar, de maneira que toda a universidade possa consultar facilmente. Esse é grande diferencial do trabalho da UFRJ, já que mesmo em universidades que tinham um material extenso sobre novas práticas, esses documentos não estavam agrupados.

Esses 21 tópicos vão ser organizados em seis temas: saúde e biossegurança, condições de trabalho, ensino remoto, infraestrutura e serviços, mobilidade urbana e bibliotecas, museus e espaços culturais. O GT vai definir que cada unidade tenha um comitê local, e especifique as medidas necessárias de acordo com o plano de retorno gradual, sempre com base no referencial adotado pela universidade. (Lucas Abreu)

CONSELHO DE PÓS-GRADUAÇÃO DEFINE NOVO CALENDÁRIO

O Conselho de Ensino de Graduados (CEPG) aprovou, em plenário virtual, dia 19, o calendário acadêmico letivo para que os programas de pós-graduação retomem as atividades acadêmicas de maneira remota, enquanto durar a pandemia. As datas foram adelantadas nas edições passadas do **Jornal da AdUFRJ**, mas para programas trimestrais há uma novidade: foram definidos dois calendários. Um, com início previsto em 6 de julho. Outro, com início em 3 de agosto, em conjunto com os programas bimestrais e semestrais.

Não houve polêmicas em relação às datas propostas para cur-

sos semestrais e bimestrais, mas a discussão foi longa relacionada aos programas trimestrais. A diferença entre aprovar um ou dois calendários para esses programas foi de apenas um voto, de minerva, após o empate entre as duas proposições.

O professor Edison Luis Carvalho, representante do campus Macaé, foi um dos nove conselheiros que defenderam um calendário único para cursos trimestrais. “Ter um calendário único nos deixa com possibilidade de unificar um calendário CEG-CEPG. Quem já adiantou seus conteúdos não tem prejuízo porque está amparado pela

Resolução 05 (de retomada das atividades remotamente). A proposta contempla a todos”, afirmou.

Outros nove conselheiros se colocaram favoravelmente a ter dois calendários. “Permite a possibilidade de sincronização com o calendário do CEG e também permite que os programas que já têm condições de retomar suas atividades, que possam fazê-lo de forma que os estudantes não sejam prejudicados”, afirmou o professor Josefino Cabral Lima, representante do CCMN. Pelo planejamento apresentado, o calendário da pós-graduação deve ser norma-

lizado a partir de março 2022.

CONFIRA AS DATAS

■ **Programas semestrais:** primeiro período de 2020 se estenderá de 3 de agosto a 14 de novembro; o segundo período, de 30 de novembro a 27 de março de 2021.

■ Programas bimestrais:

2020.1 inicia em 3 de agosto, com término em 19 de setembro; 2020.2 será realizado entre 28 de setembro e 19 de novembro; 2020.3, entre 30 de novembro e 30 janeiro; o último bimestre, de 8 de fevereiro a 1º de abril de 2021.

■ Programas trimestrais

Calendário 1: primeiro período, de 6 de julho a 3 de outubro; segundo período, de 13 de outubro a 16 de janeiro de 2021. Terceiro período acontece em concomitância com os cursos de verão promovidos por esses programas no quarto trimestre: de 1º de fevereiro a 24 de abril de 2021.

Calendário 2: primeiro período, de 3 de agosto a 3 de outubro; segundo período, de 13 de outubro a 19 de dezembro; terceiro período, de 4 de janeiro a 27 de fevereiro; quarto período, de 8 de março a 24 de abril de 2021. (Silvana Sá)

Pesquisas sofrem com problemas de importação

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

A burocracia prejudica a pesquisa. E, nestes tempos de pandemia, pode até matar. Processos de aquisição de maquinário e insumos do exterior, que já eram complexos antes da emergência de saúde pública, se tornaram ainda mais demorados e caros. A situação atrasa ações da UFRJ que salvam vidas.

O tempo de trânsito da China para o Brasil, que era de 5 a 7 dias, agora passou para 9 a 12 dias, informa a Fundação Coppetec, que gerencia projetos em apoio à UFRJ. Como algumas importações daquele país são voltadas para ações de combate ao coronavírus, a mudança de prazo “tem sido crítica” para a fabricação de respiradores, por exemplo.

Outro problema é o reajuste nos valores dos fretes internacionais. A fundação cita um processo de importação da China que deveria custar US\$ 440,35, mas sofreu um acréscimo de US\$ 800 devido à escassez no transporte gerada pelas medidas restritivas de isolamento social.

“O sistema todo fica mais burocrático”, alerta o diretor-executivo da Coppetec, Fernando Peregrino. O dirigente chama atenção que o problema não se esgota na chegada ao país. Alguns produtos precisam passar pelo crivo de órgãos federais, como a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), no caso de materiais biológicos. “Esses órgãos estão respondendo com muita lentidão”, disse. Nem mesmo os processos relacionados ao combate do novo coronavírus teriam ficado mais ágeis, como previsto em legislação emergencial. “A burocracia é indiferente à emergência”, completa Peregrino.



A MINHOCÁ DA DISCORDIA

Professor precisou da autorização de três órgãos federais para liberar uma amostra emprestada da Suécia



Estamos tentando importar um extrator para os diagnósticos de Covid-19, mas há demora de 60 dias úteis

RODRIGO NUNES
Diretor do Nupem

Diretor do Nupem, o professor Rodrigo Nunes reforça o argumento de como fazem falta processos rápidos de aquisição de insumos e máquinas. “Estamos fazendo o teste de Covid aqui no Nupem, mas os insumos não são fabricados no Brasil”. E o país fica em último lugar na “fila” das importações, em função da queda de incentivo à Ciência. “No momento da pandemia, por não termos os insumos, deixamos de salvar vidas”, critica. “Estamos tentando importar



DIVULGAÇÃO

IMPORTAÇÕES ficaram mais caras e demoradas durante a pandemia

um extrator para os diagnósticos de Covid-19, mas há demora de 60 dias úteis”.

O obstáculo da burocracia é antigo e envolve os aspectos mais simples da pesquisa acadêmica. O professor Paulo César de Paiva conta uma saga que enfrentou há 20 anos, ao lado de uma aluna, para recuperar um exemplar de minhoca marinha, no Galeão. A amostra, raríssima, estava conservada em um museu da Suécia por mais de um século e havia sido emprestada ao Instituto de Biologia.

Quando chegou ao Brasil, acabou retida no aeroporto. Para liberar o material, o professor precisou chamar o diretor do instituto em pessoa e ainda passou por três setores: Polícia Federal, Vigilância Sanitária e Ministério da Agricultura. E, em meio a tudo isso, havia o risco de a amostra ser queimada, como era o procedimento

da época.

Paulo César só conseguiu sair com a amostra, pois um funcionário da Agricultura o reconheceu. Algum tempo antes, o professor havia auxiliado a identificar um animal que havia sido transportado ilegalmente para o Brasil. “Eu nunca mais pedi material (do exterior)”, relata.

O professor Antonio Solé, do Instituto de Biologia, também compartilha uma história inusitada. Há seis anos, solicitou amostras de um determinado peixe a um colega norte-americano para o trabalho de um doutorando sob sua orientação. “Quando chegou ao aeroporto de Viracopos, em Campinas, nos disseram que era preciso ‘desembaraçar’ o material”, explica Solé. Após várias exigências que considerou absurdas, o professor desistiu. “Disse que não queria mais. Um mês depois me enviaram as amostras”, afirma.

importação seria reduzida. E importaríamos só o necessário”.

O diretor do Nupem segue a mesma linha. “O Brasil deveria investir em fazer seu próprio maquinário para diminuir essa dependência do estrangeiro. Não fazemos nem microscópio simples da graduação”, critica Rodrigo Nunes. “Jogamos milhões de reais, trocados em dólar, para fora e não estimulamos o mercado interno”.

Rodrigo observa como a velocidade de acesso a recursos é importante para a Ciência. “Eu trabalhei na Alemanha durante cinco anos. Eu pedia um determinado produto de manhã e chegava na minha bancada à tarde. No Brasil, pedindo da Coreia, demora dez dias para

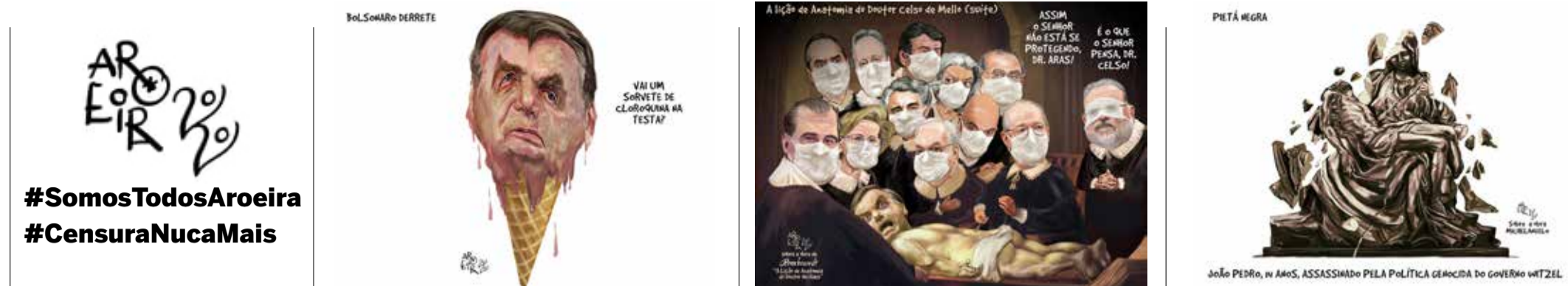
chegar em Macaé”, compara. Christine Ruta, diretora da AdUFRJ, avalia que o Marco Legal da Ciência, Tecnologia & Inovação foi um exemplo positivo na flexibilização da burocracia no cotidiano do cientista. Mas a legislação ainda é insuficiente. Para Christine, o governo deve valorizar produtos e insumos nacionais e garantir recursos humanos especializados na aquisição destes materiais para facilitar a vida dos pesquisadores. “Contudo, no governo Bolsonaro, diante de um cenário de desprezo pela Ciência, de estagnação da tecnologia, e de falta de planos para a inovação, os cientistas se veem obrigados a defender primeiramente a manutenção dos investimentos nas pesquisas”, alerta.

SOLUÇÕES PARA REDUZIR A BUROCRACIA

Nem os jovens pesquisadores são poupados da dor de cabeça da importação de equipamentos. Aluno de mestrado do programa de Zoologia do Museu Nacional, Victor Hugo conseguiu apoio da National Geographic Society para filmar os experimentos com uma estrela-do-mar que habita parte da costa sul-americana. Em apenas uma semana, solicitou e garantiu o empréstimo de três câmeras subaquáticas Go Pro 7 Black Hero — cada uma vale aproximadamente R\$ 2 mil. Enviadas no início de outubro, dos Estados Unidos, as máquinas deveriam chegar,

gratuitamente, à residência do estudante. Mas acabaram retidas na Receita Federal, no dia 14. A empresa responsável pelo transporte comunicou ao mestrando que a importação seria tratada como “compra para uso próprio”, pois pessoa física não poderia importar produtos de uso profissional “e/ou que dê intenção de comércio”. Para liberar o equipamento, uma inesperada exigência: contratar um despachante aduaneiro, ao custo de R\$ 750. O mestrando tentou explicar que as câmeras seriam usadas em uma pesquisa e depois devolvidas, mas sem sucesso.

Enquanto trocava mensagens com a empresa, as experiências com a estrela-do-mar foram realizadas. Em fevereiro, Victor solicitou a devolução do equipamento aos EUA. “Não atraiu a pesquisa, mas foi bem frustrante, pois a ideia era fazer algo diferente, de divulgação científica, de não falar só para a minha área”, lamentou Victor. “Importamos luvas. Importamos máscaras. Por que importar qualquer coisa, se podemos fazer internamente? Destroem a indústria nacional. Na hora que precisa da indústria, não tem”, questiona Fernando Peregrino, de forma enfática. “A



Torcidas Antifa: um novo time pela democracia

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

Quando o bolsonarismo raivoso retornou às manifestações de rua e começou a pedir o fechamento do Congresso, do Supremo Tribunal Federal e a volta do AI 5, um adversário à altura entrou em campo. Uma rede nacional de torcedores “pela democracia” se articulou para disputar o espaço. E garantiu protestos coordenados, em ao menos 16 cidades desde o domingo, 31 de maio. De lá para cá, dezenas de debates e lives pipocaram nas mídias e redes sociais. E com a iminência de campeonatos sem torcida nos estádios, as chamadas “antifas” entram de vez no jogo político brasileiro. Sem trégua para o autoritarismo.

O contexto do protagonismo dos torcedores é analisado por especialistas. “É um fenômeno que vem chamando muita atenção, em especial, por toda estética que envolve: os fogos, os gritos, os gestuais típicos das arquibancadas. E, que causa um impacto forte quando ocupam as ruas”, explica João Malaia, docente e pesquisador da História do Esporte da Universidade Federal de Santa Maria. Segundo Malaia, embora o caldo tenha engrossado a partir de 2016, o misto entre hinos e palavras de



OAM SANTOS/FOTOS PÚBLICAS

TORCIDAS ORGANIZADAS em todo o país disputam agora outro campo: o político

ordem, por exemplo, já estava presente nos grandes atos de rua de 2013.

Especialista em torcidas, ele destaca dois fatores decisivos para as antifas estarem “se espalhando como um rastilho de pólvora”. O primeiro diz respeito a movimentos prévios pela “democratização das arquibancadas”. Neles, estão contidos desde os setores populares — que brigam por ingressos mais baratos e transporte público para terem acesso aos estádios — até as minorias assediadas nas entradas e saídas dos jogos, como mulheres, LGBTQTTs e negros.

Outro ponto importante, para o docente, se refere à criminali-



As mesmas imagens de vibração de massa são usadas tanto para criminalizar a torcida quanto para vender ingressos

JOÃO MALAIA
Professor e pesquisador da História do Esporte da Universidade Federal de Santa Maria

zação dos torcedores. “Mais de uma vez, Major Olímpio (PSL) falou sobre o seu desejo de acabar com as torcidas organizadas do futebol brasileiro”, justifica. Em sua visão, a imagem das torcidas perante a sociedade é ambígua. “As mesmas imagens de vibração de massa são usadas tanto para criminalizar a torcida quanto para vender ingressos”, observa.

Malaia põe de lado interpretações caricatas dos torcedores que foram para rua contra o fascismo, em plena pandemia, como “jovens” ou “gente que não tem nada a perder”. “Podem não ser pessoas que assistem à Globo News. Mas certamente ouviram o apelo do Emicida para que

não fossem às ruas e não levasse para dentro de casa o vírus. Além disso, todo mundo tem o que perder”, adverte.

“Muitas pessoas se surpreenderam com a entrada das torcidas organizadas no cenário da luta política pela democracia. Mas há uma tradição de diálogo desses grupos com movimentos sociais, inclusive, o sindical”, analisa o professor do Instituto de História e diretor da Universidade da Cidadania da UFRJ, Paulo Fontes.

A convite do docente, Leandro Bergamin do Coletivo Democracia Corintiana apresentou — no podcast da Rádio Cidadania, que foi ao ar no dia 10 — um pouco da origem do grupo a partir das manifestações contra o impeachment de Dilma Rousseff, em março de 2016.

“A gente achou que poderia fazer uma faixa com dizeres que remetesse à nossa história que é de luta pela democracia e valores democráticos. Fizemos uma vaquinha, cada um deu R\$ 5, ou o que podia. E para nossa surpresa fez muito sucesso. Todo mundo queria tirar foto”, conta a liderança. “A partir desse dia, achamos que podíamos fazer algo que ajudasse a transformar a sociedade, baseado nos valores dos fundadores do Corinthians, que eram operários”. A íntegra da entrevista pode ser conferida nas redes sociais da Universidade da Cidadania.

PARA O TORCEDOR, FUTEBOL E POLÍTICA SEMPRE ANDARAM JUNTOS

“O Rio tem a maior taxa de letalidade do país e estamos sem ministro da Saúde no meio de uma pandemia. E esses caras vão para rua pra falar em fechar o Congresso, o STF, pedir AI 5?”, reclama o vendedor Carlos Motra, flamenguista e integrante da Democracia Rubro-Negra, ele fez parte do grupo de trinta que se contrapôs aos fascistas em Copacabana, no domingo 31. “A gente trabalha na rua todo dia. Eles chegam e saem de carro e querem ocupar esse espaço”, critica o torcedor. Para ele, fute-

bol e política sempre andaram juntos. “Principalmente, se você é do sexo masculino, a relação com o esporte é desde criança. A sociedade te dá essa bola”, ele brinca. “Daí, você vai descobrindo com o futebol também o seu lugar na sociedade. Por que é tão difícil ir ao estádio ou ter transporte para voltar pra casa quando você é morador de periferia? Você vai percebendo seu lugar físico na sociedade”. Carlos qualifica o processo como “exclusão do padrão FIFA”. “Quando você olha as fotos an-

tigas de torcida e as de hoje dá pra ver que esse público cliente, público consumidor, foi tomado o lugar dos apaixonados por futebol”. O tema foi o principal ponto em um encontro nacional de torcedores, em dezembro de 2019, em Porto Alegre. A convivência de gandes clubes com governos autoritários também é criticada. “Infelizmente, muitas diretorias estão tomadas por pessoas ligadas ao negacionismo desse governo”, lamenta o sócio do Flamengo. Como exemplo, ele cita a ho-



DIVULGAÇÃO

NO RIO, flamenguistas fizeram ato pró-democracia diante de fascistas

menagem do clube ao general Médi, “que gostava de aproveitar o futebol para fazer suas barbaridades”. E compara: “O pedido que fizemos para colo-

car, na sede, a placa do Stuart Angel, atleta nosso que tá lá na Calçada da Fama do Flamengo e que foi torturado pela ditadura, ficou sem resposta”.

ESTUDO CRIA MÁSCARA SIMPLES E EFICIENTE

A UFRJ não para de produzir conhecimento para enfrentar o novo coronavírus. Um equipamento desenvolvido por doutoranda da Escola de Enfermagem e sua mãe costureira pode se tornar uma opção confiável para proteção de quem precisa sair do isolamento social. Material passa por testes de validação na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

FOTOS: DIVULGAÇÃO

O talento de uma filha enfermeira e de uma mãe artesã gerou um produto que pode salvar vidas. Lisandra Risi, doutoranda do Programa de Pós-graduação da Escola de Enfermagem Anna Nery (UFRJ) e professora da UERJ, e sua mãe, a costureira Luci Risi, criaram máscaras caseiras e confiáveis para proteger a população do novo coronavírus. “O que despertou o projeto foi o meu trabalho com material médico hospitalar durante 12 anos”, contou Lisandra.

Antes da pandemia, a doutoranda desenvolvia um trabalho sobre a logística de abastecimento de insumos médicos para a área de saúde no revêillon do Rio. “Agora, nem sabemos se vai ter revêillon este ano”, afirma o professor e orientador Alexandre Oliveira. A situação não era favorável, mas Lisandra soube aproveitar o momento de crise para dar novo rumo à pesquisa. “Me incomodou o desabastecimento dos hospitais universitários, que estavam com estoques contados. Comecei a pensar: ‘E se nós tivéssemos algo um pouco mais efetivo com o que a gente já está vendo no mercado?’”

Assim nasceram as máscaras LisLu20, em homenagem aos nomes das criadoras, Lisandra e Luci, e aos 200 anos da Enfermagem, completados em 2020. O equipamento possui um clipe nasal, duas camadas de tecido de algodão 100% e uma terceira camada de elemento filtrante, popularmente conhecido como coador de café. “O diferencial da máscara é a permeabilidade reduzida das gotículas externas, que perpassam o tecido se não houver o filtro de celulose”, explicou Lisandra. Para ela, o Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão de Saúde em Emergências e Desastres (Gepesed), conduzido pelo professor Alexandre, foi fundamental para a iniciativa. “Eles acreditaram no produto, me deram segu-



EXCELÊNCIA E INOVAÇÃO

Pesquisadora da Escola de Enfermagem e sua mãe costureira criaram máscara com padrão de segurança contra coronavírus equivalente às profissionais N95

ANA MARINA COUTINHO (COORDCOM/UFRJ)



rança para continuar os estudos e testes.” Outras pesquisas universitárias também ajudaram. “A Universidade de Londrina fez um estudo para validar os melhores tecidos para máscaras faciais. Pegamos essa validação e usamos o tecido 100% algodão, indicado por eles”. De acordo com um estudo da Universidade Federal de Uberlândia, que avalia a eficiência de máscaras caseiras para proteção de vírus, a LisLu20 estaria classificada com o nível “muito alto”, ou seja, na mesma categoria da N95 e de máscaras cirúrgicas. Lisandra explicou que só será possível confirmar o sucesso da máscara após os testes de validação. O processo tramita na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Rede Reblas), que é coordenada pela Anvisa. O produto já passou no teste de permeabilidade do ar. O elemento filtrante foi de 8,6, sob aplicação de uma pressão de 125 (PA) em uma área de 20 centímetros quadrados. “É a taxa de respirabilidade da máscara. Quanto maior esse resultado, pior, porque o ar externo passa com mais facilidade”, explicou. “Numa máscara sem o filtro de celulose, a permeabilidade é mais alta, por exemplo.” Para preservar o ineditismo do trabalho, outros índices e comparações com materiais do mercado não podem ser divulgados, por enquanto. E ainda faltam os resultados do teste microbiológico, que devem sair no fim do mês ou no início de julho.

“ESTAMOS VIVENDO O PERÍODO DE MAIOR ATAQUE À CIÊNCIA”

“Se há uma necropolítica, uma política da morte, evidentemente há uma luta pela vida”, disse o professor Marco Mitidiero, presidente da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, em um debate virtual do dia 16. A ideia da atividade, realizada em parceria com a AdUFRJ, era tratar do papel da Ciência e da Educação nesta disputa.

Alexandre Fortes, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), enfatizou a contribuição das ciências acadêmicas aplicadas no enfrentamento da Covid-19. “Mas elas não se desenvolvem nem se atualizam sem o vasto campo de conhecimento que originalmente foi desenvolvido sem uma aplicação imediata pela ciência básica”, apontou.

O embate pela vida, porém, não é facilitado pelo governo Bolsonaro, como demonstra a

atual posição do Brasil como um dos epicentros da pandemia no mundo. “Nós estamos vivendo o período de maior ataque à ciência brasileira”, lamentou Mitidiero.

A elitização do espaço de ensino e da ciência também preocupa aos pesquisadores e estudantes da pós-graduação. “Os pós-graduandos estão sem reajustes há sete anos. Bolsistas residentes estão na linha de frente do combate à pandemia

sem receber”, disse Flávia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos. “Só quem pode produzir pesquisa no Brasil é quem tem condição de se manter”, completou.

A desigualdade se repete no ensino básico. “Os dados que saem do ensino remoto na cidade de São Paulo, no ensino básico, são aterradores: 50% dos alunos estão excluídos”, destacou a professora Maria Carlotto, da Universidade Fede-

ral do ABC.

A live do dia 16 foi o terceiro encontro de um ciclo promovido pela AdUFRJ, Associação dos Docentes da Universidade Rural (ADUR), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação (Anfope) e o Fórum Nacional Popular de Educação. As atividades ocorrem todas as terças de junho. **(Kim Queiroz)**